

13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

PROJETO DE MOBILIDADE DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

HECKLER, Ivandro Rafael
TERRES, Stéfano Carlo Dalloglio
DE BONI, Felipe Augusto
BATISTA, Marcelo Pereira
NETO, Nelson Brunelli
MORELLO, Alessandro
irh_heckler@hotmail.com

Evento: Congresso de Iniciação Científica
Área do conhecimento: Planejamento e Projeto do Espaço Urbano

Palavras-chave: Barreiras Físicas e Arquitetônicas; Acessibilidade Universal; Pessoas com Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão aborda as barreiras arquitetônicas e a mobilidade no interior do Centro de Convivência (CC) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. O espaço citado é um dos ambientes mais frequentados do *Campus Carreiros*, principalmente em horários de intervalo, quando o número de ocupantes dificulta a mobilidade de pessoas com necessidades específicas. Perante tal problema, pretende-se com esse projeto, propor alterações, tais como, adaptações nos sanitários, implantação de rampa de acesso no palco e delimitações de espaços livres para passagem restringindo a área de mesas e cadeiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A afirmação de que “Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção” (ONU 1948), inserida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, inspirou o combate às barreiras arquitetônicas nos últimos 50 anos do Século XX, porém, em pleno Século XXI, ainda não é cumprida como deveria.

De acordo com a legislação vigente no Brasil, todos os ambientes e prédios públicos deveriam ter sido adaptados, conforme a NBR 9.050 de 2004, no prazo máximo de trinta meses após a promulgação do Decreto Nº 5.296/2004. Entretanto, os nossos espaços públicos ainda não estão adaptados para atender esta diversidade social e nem mesmo a maioria dos profissionais das áreas de arquitetura e engenharia possuem o devido conhecimento sobre tal assunto.

O Decreto apresenta o conceito do *Desenho Universal* (DU) considerado neste documento legal como: “concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade”. (LIMA, 2007).

13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A primeira etapa do projeto consiste em realizar um levantamento físico do Centro de Convivência da FURG, observando os principais serviços e setores oferecidos ao público, com o fim de delimitar trajetos garantindo o acesso a tais locais. Também serão identificadas as principais barreiras arquitetônicas, tais como, sanitários que não respeitam a NBR 9050 e o palco sem rampa de acesso. Depois de efetuado este estudo, com o uso de *Softwares* específicos, será elaborado o desenho da planta baixa do ambiente, sobre a qual serão delimitados os trajetos que deverão ficar livres e também a posição das mesas e cadeiras. Também serão elaborados os projetos de adequação e reforma dos sanitários e da criação da rampa de acesso ao palco.

Pretende-se também, como última etapa do trabalho, elaborar informativos descritivos em adesivo com mensagens de conscientização fixados nas mesas, alertando as pessoas quanto aos espaços delimitados e para que respeitem também a posição das mesas e cadeiras, não obstruindo as áreas de circulação criadas. Também será realizado um diálogo de conscientização com a equipe de portaria, equipe de limpeza e os responsáveis pelas lanchonetes, com o intuito de garantir que os mesmos posicionem as mesas nos locais demarcados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até então, efetuou-se o levantamento das dimensões do espaço interno do Centro de Convivência, dos banheiros e do palco, assim como também um estudo de quais seriam os locais mais apropriados para se delimitarem os trajetos e a demarcação do posicionamento das mesas. Está sendo criada também a planta baixa dos banheiros e da rampa de acesso ao palco, ambas baseadas na NBR 9.050.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos arquitetônicos serão encaminhados para a PROINFRA para que sejam orçados e, posteriormente licitados. Depois de realizadas as atividades descritas acima, espera-se que a comunidade acadêmica passe a ter mais consciência e respeite os espaços delimitados garantindo a mobilidade de todos.

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT - NBR 9050 – **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, Niusarete Margarida de. **Legislação Federal Básica na área da pessoa portadora de Deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal do Direitos Humanos**. Brasília, Representação da UNESCO no Brasil, 1998.

13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.